



4

VILMAR FARIA

---

**POBREZA URBANA, SISTEMA URBANO  
E MARGINALIDADE**

(Críticas, sugestões e um projeto  
de pesquisa)



Após a Segunda Guerra Mundial, em quase todos os países da América Latina, intensificou-se o movimento migratório do campo para a cidade. Paralelamente, mesmo nos países onde o crescimento industrial se deu em forma acelerada, a moderna economia urbano-industrial foi e tem sido incapaz de criar um número de empregos suficiente para absorver, produtivamente, a massa crescente de imigrantes rurais e de imigrantes provenientes das pequenas cidades.

O resultado desse duplo movimento, afirma-se, tem sido o crescente desemprego e sub-emprego nas áreas metropolitanas e a conseqüente proliferação das favelas, barriadas, vilas, miséria, tugúrios e a emergência de um setor terciário peculiar.

A explicação geral (supostamente válida para todos os países da área) fornecida para o fenômeno conhecido como o da expansão de um contingente marginal urbano estrutura-se em torno de um conjunto de idéias relativas ao caráter dependente do desenvolvimento industrial na América Latina. Assim, afirma-se que como o desenvolvimento do capitalismo na América Latina se dá de forma dependente dos países já desenvolvidos, por um lado, e, por outro, como a estrutura industrial se edifica em resposta a um padrão de demanda baseado numa distribuição de renda extremamente desigual, o setor industrial tende a produzir bens próprios de uma economia de consumo altamente desenvolvida, passando também a depender de tecnologia e capitais importados e acarretando a utilização de uma constelação de fatores que tende a ser intensiva em capital. Na medida em que este sistema industrial se desenvolve, ele desorganiza as formas mais arcaicas de produção e libera mão-de-obra sem ser capaz, simultaneamente, de absorvê-la. Fatores de ordem demográfica — como o decréscimo na taxa de mortalidade geral e infantil, e a manutenção de altas taxas de natalidade — tendem a agravar o quadro. Em virtude do encadeamento desses processos e *como resultado do desenvolvimento capitalista*, surge o fenômeno da marginalidade urbana (ver NUN, 1969; FRANK, 1969; QUIJANO, 1969; SOARES, 1969; CARDOSO E REYNA, 1969).

Deixando de lado as funções que a constituição, manutenção e eventual expansão das camadas marginais urbanas possam ter para o desempenho das economias nas quais isso ocorre, as hipóteses abaixo ampliam a argumentação resumida no parágrafo anterior.

Em primeiro lugar nas teorias sobre a marginalidade urbana considera-se que a estrutura agrária dos países dependentes se articula de forma rígida, principalmente em torno do chamado "complexo

minifúndio-latifúndio". Em virtude dessa articulação rígida a agricultura ou é incapaz de reter os contingentes populacionais resultantes do crescimento demográfico, expulsando-os, ou na medida em que ela se moderniza a agricultura libera quantidades importantes de mão-de-obra. Sem disponibilidade física ou institucional de terras essa população busca as cidades.

Em segundo lugar, o caráter dependente do desenvolvimento industrial acentua seu caráter contraditório e desigual. Esse processo acentua as desigualdades regionais e setoriais, agravando de modo particular as diferenças entre o campo e as cidades. Estas últimas, sobretudo quando monopolizam a atividade industrial funcionam como pólo de atração para a população rural disponível.

A conclusão que se pode extrair dessas duas hipóteses é que surgem fortes correntes migratórias do campo para a cidade, seja por fatores de expulsão ligados à estagnação rural, seja por fatores de expulsão ligados à modernização da agricultura, seja ainda por fatores de atração exercidos pela cidade, sendo variável de período para período e de país para país a forma de combinação específica desses diversos fatores.

Dadas as características do desenvolvimento industrial, já expostas, e o crescente afluxo de migrantes para as cidades, acumula-se nas grandes cidades um contingente crescente de pessoas em idade de trabalhar que não encontra emprego estável no setor capitalista industrial moderno. (Esse resultado pode decorrer tanto da insuficiência do processo de industrialização como, no caso da industrialização dar-se de forma vigorosa, da incapacidade desta de criar novos empregos em virtude de seu padrão organizativo. Como veremos, as teorias existentes não são muito específicas na explicação das diferenças entre os dois casos).

As teorias sobre a marginalidade urbana procuram mostrar que esse contingente, impossibilitado de empregar-se estavelmente no setor capitalista industrial, sub-emprega-se em ocupações instáveis e improdutivas, em especial no setor de serviços. Ou, no pior dos casos, passa a formar parte de um crescente contingente de desempregados. (As teorias existentes tampouco estabelecem de forma convincente quando, como e por quê, se dá um ou outro processo predominantemente).

Esta população tende a concentrar-se especialmente em cinturões ou bolsões de pobreza (favelas, tugúrios, alagados, etc.), nos quais surgem processos psíco-culturais que podem conduzir essa massa marginal à frustração ou à apatia.

Para muitos autores <sup>1</sup> o processo de urbanização no contexto antes descrito alimenta a frustração econômica da massa marginal, sobretudo entre os imigrantes rurais, os quais — tendo altas aspirações ao migrar — não conseguem participar das recompensas materiais da sociedade urbana. Além disso, grandes dificuldades de ajustamento social e psicológico geram conflitos, desorganização sócio-cultural e situações de anomia. A massa marginal urbana converte-se em massa marginal disponível para a mobilização política por líderes demagógicos o que, com o correr do tempo, o agravamento do processo e o aumento no grau de consciência dos processos políticos acaba por criar condições de emergência de forças políticas radicalmente opostas ao sistema vigente (ver CORNELIUS JR., 1969).

Para outros autores, as condições de extrema pobreza tendem a perpetuar-se, configurando uma cultura da pobreza, isto é, “a subculture of Western society with its own structure and rationale, a way of life handed down from generation to generation along family lines” (LEWIS, 1966). Os principais traços dessa cultura da pobreza são: ausência de participação dos pobres urbanos das principais instituições da sociedade; alienação com respeito aos valores padrões da sociedade circundante; ausência de vida associativa fora da unidade domiciliar; desorganização e instabilidade desta unidade familiar, a qual se caracteriza por “absence of childhood. . . early initiation into sex, . . . free unions or consensual marriages, . . . abandonment of wives and children, . . . female or mother-centered families. . . sibling rivalry and competition for limited goods and maternal affection” (LEWIS, 1966b). No plano psicológico, esta cultura tende a produzir indivíduos cujas principais características são “a strong feeling of marginality, of helplessness, of dependency, and of inferiority, . . . a weak ego structure, confusion of sexual identification, lack of impulse control, . . . little ability to defer gratification and to plan for the future, . . . resignation and fatalism . . .”. (LEWIS, 1966b); ver também a crítica de LEEDS, 1971).

Estas diversas hipóteses, tanto as relativas ao caráter estrutural da marginalidade urbana como as relativas às conseqüências da marginalidade urbana, quando confrontadas com a evidência empírica, histórica e atual, existente para o caso brasileiro são inadequadas. Tampouco têm resistido à crítica teórica mais exigente. (Ver CARDOSO, 1971; VALENTINE, 1970a e 1971b; LEEDS, 1971; PEARLMAN, 1971 e CORNELIUS JR. 1969 e 1971).

Para completar o quadro de formulações teóricas a respeito do problema da marginalidade urbana na América Latina é necessário alinhar as hipóteses existentes a respeito da “função” que a

manutenção e eventual expansão de um contingente de marginais urbanos desempenha na reposição ampliada das formas de organização econômica vigente nos países da área.

A primeira hipótese, ligada à teoria da cultura da pobreza, acentua o caráter disfuncional da marginalidade urbana para o desenvolvimento capitalista, na medida em que mostra como a cristalização e reprodução de uma “cultura da pobreza” impede o desenvolvimento das habilidades, talentos, ambições, formas de organização social e padrões de comportamento necessários para o desenvolvimento. Sem negar o valor descritivo dessa hipótese, ela acaba por confundir as conseqüências da marginalidade urbana com suas possíveis causas.

A segunda hipótese, ligada à teoria histórico estrutural do desenvolvimento, apresenta duas variantes. Na primeira, a demonstração da funcionalidade (necessidade) da marginalidade urbana se liga à necessidade do capitalismo, sobretudo nos seus momentos de expansão inicial, garantir altas taxas de acumulação. Nessa variante da explicação histórico-estrutural, argumenta-se que a super-exploração dessa massa de trabalhadores marginais contribui de forma significativa para a geração de um excedente apropriável e investível. Na segunda variante, que critica a inconsistência teórica da primeira (\* como é possível sustentar esse argumento se os “marginais”, por definição, nem estão inseridos no processo produtivo nem produzem riqueza passível de expropriação?), a demonstração também se articula em torno das necessidades de acumulação de capital, porém dando ênfase à função de exército de reserva desempenhada pelo setor marginal, que deprime os salários, diminui a capacidade de barganha dos trabalhadores e força a baixa do custo de reposição da mão-de-obra, ou antes, possibilita a compra da força de trabalho por um preço inferior ao seu custo de reposição.

Deixando de lado a primeira hipótese (aquela ligada à teoria da cultura da pobreza) que pode ser recuperada apenas ao nível descritivo e das conseqüências da marginalidade, acreditamos que as hipóteses histórico-estruturais sobre a marginalidade urbana, em sua formulação atual, são teoricamente inconsistentes e, por isso mesmo, incapazes de explicar situações concretas, especialmente aquelas onde vem tendo lugar um vigoroso processo de crescimento industrial.

## **DIFICULDADES TEÓRICAS NAS HIPÓTESES SOBRE A MARGINALIDADE URBANA**

As dificuldades teóricas encontradas nas teorias “histórico-estruturais” da marginalidade urbana são muitas. Para orientar um projeto

específico e limitado de investigação gostaríamos de destacar apenas quatro dificuldades básicas: a natureza das relações entre dependência e estagnação, a natureza da problemática tecnológica no desenvolvimento industrial, as relações entre contradição e crise e, finalmente, a natureza das relações entre acumulação, crescimento populacional, desemprego e marginalidade. A discussão que se segue é esquemática e indicativa, apontando, gostaríamos de insistir, para problemas que merecem estudo.

Embora não de forma explícita, algumas teorias da marginalidade urbana (veja-se as formulações de Gunther Frank, por exemplo) supõe uma relação entre dependência, estagnação econômica e desemprego. Essa associação parece responder mais à necessidade de completar o círculo fechado da ideologia que a uma análise científica e cuidadosa, teórica e empírica, das possibilidades do capitalismo tanto no centro como na periferia. E isto por duas razões. Em primeiro lugar porque não se demonstra, de forma convincente, que o capitalismo não possa, ao expandir-se em sua periferia, desenvolver as forças produtivas. É nesse contexto que a idéia de expansão do capitalismo com estagnação é contraditória pois estagnação, no contexto do discurso teórico histórico-estrutural, significa entorpecimento das forças produtivas. Em segundo lugar porque tampouco se demonstra com rigor, que o desenvolvimento do capitalismo suponha (no centro ou na periferia) a existência constante de pleno emprego. Somente essa demonstração permitiria concluir — uma vez constatada sua incapacidade de criar empregos — que ele estaria assumindo, na periferia, formas mais perversas. A análise científica, embora deva conservar os termos do problema, desloca-os, perguntando-se que fatores (e como) contribuem para qualificar as formas de expansão das forças produtivas na periferia e seu relacionamento com a questão do crescimento populacional e do emprego. Essas qualificações, no caso do problema da “marginalidade”, residem na explicação dos diversos componentes do processo de pauperização, proletarização e marginalização, explicação esta ligada à especificação do que corresponde, nesse processo, à expansão capitalista em geral, à expansão capitalista na periferia, às condições históricas peculiares de cada situação. Sem estas especificações o que se tem são gotas de ciência no oceano da ideologia.

Quando chamadas a explicar o (suposto) problema da marginalidade nos países subdesenvolvidos onde teve ou vem tendo lugar um processo vigoroso de crescimento industrial (na Argentina, no Brasil, no México, para dar alguns exemplos) as teorias existentes deslocam sua explicação para o problema do crescimento popula-

cional — que funciona como fator exógeno, não explicado — e do uso de tecnologia “inadequada”. Nesse contexto, a ação do capital na escolha dos fatores deixa de corresponder às suas necessidades de expansão. Supõe-se, implicitamente, que seria possível possuir um capital mais sensível às necessidades da população, que usasse mais o fator trabalho (supostamente abundante) e que o capitalismo na periferia não se comporta dessa maneira por perversidade ou irracionalidade. Ora, embora possa parecer absurdo, o capitalismo *se desenvolve*, na periferia como em qualquer outro lugar, destruindo formas mais arcaicas (do ponto de vista do capital) de produção, convertendo a mais-valia absoluta em mais-valia relativa, alterando a composição orgânica do capital e, tudo isso, para garantir o seu processo de reprodução ampliada. A questão tecnológica deve ser analisada, com rigor, desse ângulo; e sua função deve ser avaliada como agente de potencialização do trabalho vivo no processo de reprodução ampliada do capital. Nesse contexto, o uso de tecnologia avançada pode corresponder às necessidades de desenvolvimento da acumulação de capital sendo a opção contrária a opção irracional.

As teorias existentes sobre a marginalidade perdem muitas vezes de vista o fato, teoricamente conhecido e empiricamente verificado, que o capitalismo *se desenvolve* através de crises periódicas. Mais por necessidade ideológica que como resultado da análise rigorosa, as teorias da marginalidade vêm em cada crise o prenúncio do fim. Sem determinar a hierarquia das contradições (e por isso a importância das crises) essas teorias não têm sido capazes de dar conta das flutuações periódicas no desemprego e projetam linearmente para o futuro conjunturas particulares. Isso ocorreu sobretudo quando da baixa cíclica da década de 1960. Tão logo algumas economias encontraram mecanismos de reativação econômica e com isso provocaram o aumento na oferta do emprego, as hipóteses sobre a marginalidade urbana perderam seu poder explicativo. Um melhor entendimento das variações cíclicas, uma hierarquização das contradições do desenvolvimento capitalista, uma melhor compreensão do alcance das diversas crises para o problema do emprego é condição necessária (embora não suficiente) para uma melhor compreensão do problema da marginalidade urbana.

As teorias existentes sobre a marginalidade tampouco parecem ter enfrentado de forma adequada o problema das relações entre crescimento populacional, acumulação e marginalidade. Embora do ponto de vista metodológico as teorias de inspiração histórico-estrutural recusem a explicação científica através do recurso à justaposição de variáveis abstratas, quando chamadas a analisar o problema do

emprego, recorrerem ao crescimento populacional como variável exógena. Em geral não vinculam o crescimento populacional às necessidades dinâmicas da organização da produção e sim, partindo da constatação do crescimento populacional, passam a exigir do capital a responsabilidade de oferecer emprego e meios de vida (mesmo precários). Subordinam, dessa forma, a dinâmica da acumulação à dinâmica da população. Ora, do ponto de vista da análise histórico-estrutural, parece teoricamente mais adequada a hipótese de que o capital garante no seu movimento de expansão os volumes necessários de população (incluindo um exército de reserva) mas que não corresponde à sua dinâmica adequar-se a volumes dados de população. É portanto aprofundando as hipóteses que procuram relacionar as leis de reprodução (simples, ampliada ou combinada) das formas de organizar a produção às leis de reprodução da população, subordinando estas últimas às primeiras, que se pode reencontrar o nexo explicativo do problema da marginalidade. Em conexão com estas preocupações a análise da marginalidade urbana deve concretizar-se para situações específicas descobrindo nelas as formas historicamente dadas de articulação entre diferentes formas de organização da produção, as leis de população resultantes dessa articulação, e os processos históricos de formação dos sistemas urbanos.

Finalmente gostaria de assinalar outras dificuldades presentes nas teorias sobre a marginalidade urbana, estas de caráter técnico-metodológico. Para que suas hipóteses sejam contrastáveis com a realidade concreta é necessário que a teoria forneça critérios que permitam avaliar a magnitude dos fenômenos descritos e explicados. Entretanto, limitando-se à análise categorial — imprescindível ao trabalho teórico — as teorias da marginalidade não têm avançado muito no sentido de oferecer procedimentos adequados para o dimensionamento da marginalidade (ou do exército industrial de reserva) para que se possam avaliar as hipóteses relativas ao comportamento do fenômeno em condições variáveis (nos momentos de depressão e nos momentos de auge, por exemplo). É preciso também que a teoria, ao tecer a trama de determinações no movimento do abstrato ao concreto, incorpore o papel das mediações relevantes. Nesse sentido, as teorias da marginalidade urbana sofrem outra limitação: deixam de considerar a influência de diferentes sistemas urbanos no dimensionamento, localização espacial, articulação geográfica das diferentes formas de organização da produção prevalentes numa sociedade concreta e as conseqüências desses processos para a marginalidade urbana.

No restante do presente artigo procuraremos explorar, a partir da análise de um situação concreta, apenas as eventuais relações existentes entre o crescimento populacional e a dinâmica de diferentes formas de organização da produção e o fenômeno da marginalidade urbana.

## **FORMAS DE ORGANIZAÇÃO DA PRODUÇÃO, CRESCIMENTO POPULACIONAL, URBANIZAÇÃO E MARGINALIDADE NO BRASIL**

Entre as diversas peculiaridades do caso brasileiro parece conveniente destacar, em primeiro lugar, por suas relações históricas e atuais com o fenômeno da marginalidade urbana, as relações particulares entre extensão territorial, ritmo e localização espacial dos ciclos econômicos; em segundo lugar as relações entre as variações cíclicas da economia e os padrões de organização da produção associados a estas variações cíclicas; em terceiro lugar os fenômenos do crescimento e da distribuição da população pelo território nacional; e, finalmente, o padrão de organização urbana que foi se constituindo historicamente. Embora rápida e esquemática, numa caracterização do processo de desenvolvimento econômico brasileiro, iremos apresentando considerações que sugerem interrogações e hipóteses a respeito do problema da marginalidade urbana no Brasil.

São conhecidos os efeitos da desorganização da economia canvieira de exportação, em meados do século XVII, sobre a expansão territorial e sobre a reorganização das atividades produtivas na área onde antes predominava a atividade de produção açucareira. As análises históricas disponíveis são unânimes em afirmar que grande parte da população das áreas atingidas pela crise se retrai para a economia de subsistência rural, espalhando-se pelo Nordeste. Como resposta à desorganização da economia canvieira cria-se (ou recria-se) uma forma de organização econômica baseada em unidades dotadas de grande autonomia que, não somente não empregam mão-de-obra escrava como também não produzem para o mercado ou o fazem apenas de forma marginal. Infelizmente não são muito conhecidas as formas de crescimento desse tipo de economia no Brasil. Pelas suas características — e perdurando a situação de crise da economia de exportação — pode-se supor que seu crescimento está apenas limitado pela disponibilidade geográfica e institucional de novas terras. Além disso, em virtude do pequeno excedente nelas produzido e a conseqüente rigidez do progresso tecnológico, pode-se também supor que seu crescimento se dá através do crescimento populacional: os novos contingentes populacionais vão ocupando novas terras e

estendendo a “mancha” de subsistência. Esta hipótese permitiria explicar não só a contínua expansão territorial na área do Nordeste brasileiro no período colonial como também sua significativa densidade populacional.

Uma reativação da economia exportadora ocorre com o desenvolvimento da economia mineira, cujo apogeu se deu em meados do século XVIII. Sendo uma economia de base mais urbana, demandando alimentos, animais de tiro e outros insumos agrícolas, e localizando-se em áreas geográficas até então escassamente povoadas e mais afastadas do litoral, a economia mineira teve importantes conseqüências para o povoamento do território, para a constituição de uma incipiente rede urbana e, sobretudo, para os padrões de organização da produção. Para abastecer as “cidades” mineiras do século XVIII, dispersas pelo interior de Minas Gerais, Bahia e Goiás, diversas regiões onde predominava a economia de subsistência voltaram a se conectar de forma mais sistemática com o mercado. Devido às grandes distâncias ampliou-se ainda mais a fronteira agrícola, tanto a partir do Nordeste, avançando pelo interior da Bahia e pelo Norte de Minas Gerais, como sobretudo a partir do Sul do país. O resultado desse processo foi o povoamento de novas e extensas áreas.

O esplendor da economia de exportação baseada na extração de ouro e pedras preciosas dura relativamente pouco. Por volta de 1770 a decadência já é pronunciada. Com essa nova desorganização um novo processo de involução econômica deve ter ocorrido, atingindo uma área de maior significação. O padrão de involução foi provavelmente o mesmo do período de decadência da economia açucareira, retrocedendo a formas arcaicas de produção no campo. É menos conhecido o que ocorreu com as cidades nascidas da mineração, embora pareça ter havido forte emigração a partir destas cidades. É provável também que a economia urbana de então, pelo menos nas cidades direta e exclusivamente vinculadas à mineração, tenha retrocedido à produção simples de mercadoria.

A partir de 1770 até meados do século XIX, a economia brasileira experimentou um longo período de estagnação ou mesmo de declínio (FURTADO, 19 ). O que é importante assinalar, entretanto, é que apesar disso a população continuou crescendo de forma regular — embora os dados sejam precários — e que nem mesmo a importação de escravos caiu de forma significativa. A explicação desse padrão de crescimento populacional e das formas de inserção produtiva da população nesse período está ainda por encontrar-se.

Na segunda metade do século XIX começa o “boom” da economia cafeeira de exportação. Tendo se iniciado nas áreas onde provavelmente existia disponibilidade de mão-de-obra (que provavelmente se encontrava na economia de subsistência antes referida) a economia cafeeira no seu movimento de expansão vai avançando para o sul e, concomitantemente vai se defrontando com a carência de braços — agravada provavelmente pela interrupção do tráfico de escravos. Essa carência de braços para a economia cafeeira força a transição para o trabalho assalariado e, mesmo com estas mudanças estruturais, parece não conseguir mão-de-obra nacional e tem que se recorrer, sobretudo a partir de 1880, à imigração estrangeira. Torna-se necessário explicar essa dificuldade em recrutar mão-de-obra nacional num contexto em que, pelo menos aparentemente, havia disponibilidade de braços em outras regiões estagnadas. A recuperação temporária da economia nordestina, entre 1850 e 1872, baseada sobretudo na exportação de açúcar e de algodão explica o fenômeno apenas parcialmente. Em primeiro lugar porque a recuperação do Nordeste é apenas momentânea, não coincidindo inclusive com o período de maior importação de mão-de-obra estrangeira. Em segundo lugar porque após 1880 ocorrem importantes transformações tecnológicas e organizacionais na economia nordestina, tornando as atividades mais intensivas em capital, como no caso dos engenhos centrais e das usinas. Outra possível explicação, em especial para o período que vai de 1885 a 1915, para a carência de mão-de-obra no centro sul cafeeiro reside no surgimento das atividades de exploração da borracha no Norte do país, de exportação do cacau no sul da Bahia. Embora estas atividades tenham atraído a população excedente do Nordeste, elas declinam rapidamente seja em termos absolutos (no caso da borracha), seja em termos relativos (no caso do cacau). Sem desconhecer a importância dessas atividades — que devem merecer estudos detalhados do ângulo aqui sugerido — a evidência disponível sugere que, embora estagnada, a economia agrícola não voltada para a exportação, organizada em termos que sugere a existência de uma economia camponesa — certamente peculiar — que é capaz de reter parte considerável de sua população e, mais ainda, capaz de sustentar uma população que cresce. Isso pode ser constatado se examinamos o crescimento populacional, por regiões, no período 1870-1920.

Ainda que meramente indicativa, a caracterização feita até aqui pretende sugerir que o crescimento populacional brasileiro vinha sendo importante e que ele se deu também em áreas onde a produção, embora subordinada ao padrão de desenvolvimento dominante, se organizava segundo padrões relativamente arcaicos. A

<i>Regiões</i>	<i>População em 1872</i>	<i>População em 1900</i>	<i>População em 1920</i>
Norte	332.847	695.112	1.346.673
Nordeste (incl. Esp. Santo)	4.790.297	6.959.290	11.703.249
Minas Gerais/Est. do Rio São Paulo/Paraná	2.922.293	4.520.506	7.447.545
Distrito Federal (GB)	964.076	2.609.415	5.277.899
R.G. do Sul/Sta. Catarina	274.972	691.565	1.157.873
Mato Grosso/Goiás	606.764	1.469.359	2.851.456
	220.812	373.309	758.531

*FONTE:* Censos Demográficos Brasileiros.

caracterização anterior pretende sugerir ainda a existência de um importante estoque populacional sobre o qual se assentaria o desenvolvimento industrial posterior. Nossa linha de argumentação se esclarecerá mais ainda quando analisarmos o que vinha ocorrendo nas cidades.

## O PROCESSO DE URBANIZAÇÃO NO BRASIL E A MARGINALIDADE URBANA NO PERÍODO ANTERIOR A 1930

Ao longo do processo de desenvolvimento brasileiro, quer por suas características geográficas, quer pelo padrão de economia agroexportadora quer finalmente pelos sucessivos deslocamentos regionais do eixo econômico, foram surgindo diversas cidades espalhadas pelo território nacional, as quais desempenhavam funções ligadas à comercialização dos produtos de exportação e à administração pública. Muitas destas cidades nasceram e cresceram em função do "boom" de certos produtos de exportação. Dadas as variações de produto, de ritmo e de região, seria de se esperar que tais variações refletissem sobre a vida destas cidades. No entanto, salvo algumas exceções importantes (como o caso de Ouro Preto ou Manaus) não são muito conhecidos os efeitos sobre as cidades brasileiras do declínio da atividade exportadora. Seria conveniente pesquisar mais em profundidade o que ocorreu em Olinda e Recife, com Salvador e outras cidades do litoral baiano, com as cidades do litoral do Estado do Rio e do Norte de São Paulo, após o declínio das atividades de exportação às quais elas estiveram ligadas. Duas

hipóteses são igualmente plausíveis: ou iniciou-se um processo de estagnação com reflexos sobre o crescimento populacional destas cidades, ou, alternativamente, reorganizou-se a atividade produtiva destas cidades a qual regrediu a formas mais arcaicas de organização produtiva. Naquelas em que ocorreu este último processo é de fundamental importância conhecer a natureza de sua dinâmica populacional para que se possa dimensionar adequadamente a base populacional urbana, suas formas de inserção no sistema produtivo e suas possibilidades dinâmicas, pois será sobre esta base que se edificará a economia industrial.

Até que se disponha de elementos mais precisos sobre estes aspectos podemos no entanto raciocinar simplesmente a partir dos dados populacionais. A partir de 1850 e, sobretudo depois de 1890, a população urbana brasileira aumenta consideravelmente. Esse aumento se reflete no fato de que em 1920 havia cerca de 36 municípios com mais de 75.000 habitantes, sendo que 13 destes possuíam mais de 100.000 habitantes. Considerando-se apenas os municípios das capitais estaduais mais importantes pode-se avaliar a importância do crescimento urbano no período anterior a 1920:

<i>Municípios das Capitais</i>	<i>População em 1872</i>	<i>População em 1890</i>	<i>População em 1920</i>
Belém	61.997	50.064	236.402
Curitiba	12.651	24.553	78.986
Distrito Federal (GB)	274.972	522.651	1.157.873
Fortaleza	42.458	40.902	78.536
Maceió	27.703	31.498	74.166
Manaus	29.334	38.720	75.704
Niterói	47.548	34.269	86.238
Porto Alegre	43.998	52.421	179.263
Recife	116.671	111.556	238.843
São Paulo	31.385	64.934	579.033
Salvador	129.109	174.412	283.422

*FONTE:* Censos Demográficos Brasileiros.

Mesmo se considerarmos que o processo de industrialização, embora timidamente, já se tivesse iniciado e pudesse estar relativamente avançado em cidades como o Rio de Janeiro e São Paulo, o tamanho da população urbana chega a surpreender. É difícil

imaginar que o parque industrial existente fosse adequado ao volume da população urbana existente, mesmo que seu padrão organizativo usasse tecnologia fortemente intensiva em trabalho. A pergunta que surge é se não haveria um padrão de organização da economia urbana anterior ao período de industrialização intensiva em capital, responsável em grande parte pelo dinamismo urbano.

Existem muitas indicações em favor da existência de uma economia urbana organizacionalmente arcaica, que incorporava a população que chegava às grandes cidades. No setor rural, sobretudo em certas áreas decadentes do Nordeste, da Bahia e do interior de Minas Gerais, dado o seu dinamismo populacional, vinha se acumulando um excedente de população que, eventualmente poderia ainda que parcialmente terminar migrando para as cidades. Com a abolição da escravidão e a concorrência nas áreas dinâmicas da agricultura de exportação do trabalhador europeu, parte da população escrava migrou para as cidades (especialmente para o Rio de Janeiro). Existe também evidência de que parte dos migrantes europeus, após uma passagem pela agricultura, afluíam para as cidades. A forma de inserção produtiva destas populações não está de todo esclarecida. Fica indicado, ainda que de forma precária, que antes mesmo do "big push" da industrialização brasileira já existia o fenômeno da inchação urbana.

Finalmente, é conveniente assinalar como evidência indicativa adicional que antes mesmo de 1890 — os vários autores insistem nisso — existia um excesso de população nas cidades do Brasil Imperial. Furtado, em vários pontos de sua análise, menciona, seja que "também nas zonas urbanas se havia acumulado uma massa de população que dificilmente encontrava ocupação permanente", seja que "durante o surto da borracha (...) a concentração de gente nas cidades litorâneas (...) e ... do Nordeste...) facilitou o recrutamento (...) de mão-de-obra" (FURTADO, *passim*) CAIO PRADO JR., analisando o processo de industrialização do final do século XIX, afirma que "a questão da mão-de-obra (...) para as indústrias (...) nestes centros maiores onde se localiza a indústria se resolverá *facilmente* e a *baixo preço*. O que será, aliás, o fator máximo de sua prosperidade. Aí, a população *marginal* sem ocupação fixa e meio regular de vida era numerosa, fruto de um sistema econômico dominado pela grande lavoura trabalhada por escravos. A população livre, mas pobre, não encontrava lugar algum naquele sistema que se reduzia ao binômio 'senhor e escravo'. Quem não fosse escravo e não pudesse ser senhor, era um elemento desajustado que não podia se entrosar normalmente no organismo social e econômico

do país. *Isto que já vinha dos tempos remotos da colônia*, resultava em contingentes relativamente grandes de indivíduos mais ou menos desocupados, de vida incerta e aleatória e que davam, nos casos extremos, nestes casos patológicos da vida social, a vadiagem criminosa e a prostituição. Ambos se disseminavam largamente em todas as regiões de certa densidade demográfica" (CAIO PRADO JR., 202-203).

Para encaminhar a discussão do problema da marginalidade urbana contemporânea é necessário esclarecer se a industrialização, nas áreas onde ela se deu de forma mais intensa, foi capaz de absorver "ab initio" e simultaneamente, "essa massa de gente que dificilmente encontrava ocupação permanente"; a população liberada pela atividade artesanal que a indústria destruíra; e o crescente contingente de migrantes rurais que a lavoura tradicional expelia.

Caso o movimento de industrialização não tenha sido capaz de absorver todos estes contingentes, ou nas áreas em que o processo de industrialização se deu de forma tímida, torna-se necessário esclarecer como estes contingentes não absorvidos vêm estruturando sua subsistência. Mas importante ainda, torna-se necessário conhecer o movimento de expansão e/ou de contração dessas formas de sobrevivência e sua dinâmica populacional.

## **INDUSTRIALIZAÇÃO, URBANIZAÇÃO E MARGINALIDADE URBANA 1920-1970**

Nos últimos cinquenta anos, sobre a base populacional e urbana preexistente, intensificou-se no Brasil o processo de industrialização. Este processo não se deu sem crises de diversos tipos nem deixou de apresentar as características mais salientes do desenvolvimento dependente. Foi também pronunciado o crescimento populacional, na verdade dos mais altos da América Latina, bem como foi acelerado o processo de urbanização (e portanto também os movimentos migratórios do campo para as cidades). A modernização da agricultura, embora muitas vezes espacialmente localizada, também tem sido significativa, sobretudo nos últimos quinze anos. Desse ponto de vista, a partir das formulações clássicas sobre a marginalidade urbana na América Latina, poder-se-ia prever um agravamento do problema da marginalização e do desemprego urbanos. E, de fato, em algumas conjunturas tal parecia ser a direção que o processo assumiria. (Veja-se CARDOSO E REYNA; SOARES), particularmente na primeira metade da década de 1960.

Contudo uma análise de mais longo prazo não permite semelhante extrapolação. Assim, tomando a evolução do emprego entre 1950 e 1970, quando se intensificou a industrialização em grande escala e o uso de tecnologia avançada, vemos que o dinamismo do setor industrial e de transportes, comunicações e armazenagem em termos de criação de empregos foi importante. Nesse período dobrou o número de empregos nesses setores pois foram criados pouco mais de três milhões de novos empregos. Mais ainda, se são tomados os indicadores tradicionais de inchação do terciário (o que indicaria aumento da marginalidade) vemos que a situação não parece ter se comportado segundo o esperado pelas teorias da marginalidade em seu estado atual de formulação, pelo menos para o país em seu conjunto. Como se pode ver na tabela abaixo, para o Brasil no seu conjunto a razão população ocupada nos setores industrial, de transportes, comunicações e armazenagem sobre população ocupada no setor de prestação de serviços passou de 0,50 em 1950, para 0,56 em 1970. O incremento desta razão pode ser perfeitamente explicável em termos do aumento dos empregos "modernos" no setor de serviços que resultam do processo de desenvolvimento econômico. A mesma tendência se observa se consideramos o setor de comércio de mercadorias no denominador da razão, pois esta passa de 0,28 em 1950 para 0,35 em 1970.

Se tomamos alguns estados (em diferentes níveis de desenvolvimento) o panorama não é muito diferente. No estado mais desenvolvido, São Paulo, para onde fluíram os migrantes, as razões já referidas são inferiores às nacionais. Num estado de nível intermediário de desenvolvimento, as razões são superiores às nacionais mas não ocorre acentuação das diferenças. Finalmente, num estado de desenvolvimento relativo menor, no Ceará, as razões são superiores às nacionais *mas elas diminuíram durante o período*. (Veja-se tabela abaixo).

Deixando de lado a precariedade do indicador (mas ele tem sido sistematicamente usado, o que o torna comparável), vemos que a marginalidade medida desta forma não se acentua nem nas áreas onde se concentram as atividades industriais (São Paulo), nem nas áreas mais pobres e de emigração (Ceará).

Embora os dados globais imponham uma certa cautela com respeito a "inchação" progressiva do setor terciário para o país em seu conjunto, eles não excluem a possibilidade de que, em certas áreas (nas grandes cidades, por exemplo), isso venha ocorrendo à medida que vem tendo lugar o processo de industrialização. Porém, os dados consubstanciam hipóteses anteriores no sentido de que os

TABELA

Região	Pessoas empregadas (milhares)			B/A	C/A
	Ind., Transp., Comuni- cação, Arma- zenagem	Comércio de Mer- cadorias	Prestação de Serviços		
BRASIL (1950)	3.414	957	1.671	0,28	0,50
(1970)	6.540	2.264	3.627	0,35	0,56
Estado (1950) de	1.043	248	412	0,24	0,40
S. Paulo (1970)	2.355	628	1.015	0,27	0,43
Estado (1950) de	342	98	226	0,29	0,66
Minas (1970)	643	219	469	0,34	0,73
Estado (1950) do	86	39	62	0,51	0,81
Ceará (1970)	196	87	116	0,45	0,59

FONTE: Censos Demográficos Brasileiros.

níveis relativos de emprego terciário parecem ter sido altos desde o início do processo de industrialização. Além disso, dadas as diferenças regionais, os dados sugerem que é necessário considerar o conjunto do sistema urbano, o padrão de seu crescimento histórico e, sobretudo, a relação existente entre diferenciação do sistema urbano, especialização produtiva das cidades e marginalidade.

Resumindo, a análise do problema da marginalidade urbana no Brasil deve aprofundar-se em duas direções fundamentais. Em primeiro lugar, deve procurar esclarecer o processo histórico de constituição das estruturas urbanas, identificando os padrões organizativos de sua estrutura produtiva e a natureza de suas transformações ao longo do tempo. Em segundo lugar, deve considerar o conjunto do sistema urbano e seu processo de diferenciação e especialização produtivo-funcional. Estas indagações, quando respaldadas pelos resultados da análise da dinâmica populacional em conexão com as transformações da estrutura produtiva do país no seu conjunto, poderão esclarecer bastante o problema da marginalidade no Brasil.

## UM PROJETO DE PESQUISA: HIPÓTESES

Como ficou assinalado, o ponto de partida da análise deve ser a dinâmica da formação do sistema urbano no Brasil. A hipótese geral aqui proposta enfatiza que ao longo do processo de desenvolvimento econômico no Brasil, o sistema urbano foi diferenciando-se, passando de um tipo próximo ao modelo da "primate city" para um tipo mais próximo do modelo "rank-size". (nota) Uma consequência dessa diferenciação foi a especialização produtivo-funcional das cidades. Se isso é empiricamente verificado, o estudo da marginalidade urbana no Brasil necessita partir de uma tipologia destas cidades. (Nota: já existem estudos desse tipo, embora os critérios de classificação não correspondam exatamente aos objetivos aqui propostos. Veja-se Faissol . . . .). Partindo do material já existente nos propomos elaborar uma tipologia das cidades brasileiras que melhor atenda os requisitos de estudo da marginalidade urbana.

Nesse sentido, a hipótese geral com a qual nos propomos trabalhar salienta duas dimensões básicas (e interdependentes) a partir das quais se poderia formular uma tipologia das cidades brasileiras, que servisse aos propósitos de um estudo sobre a marginalidade urbana. A primeira dimensão se refere às diferentes formas de organização da produção prevalentes nas distintas cidades. Ao privilegiarmos esta dimensão estamos antecipando a forma que parece adequada para encarar a marginalidade urbana: como modo de inserção (ou de não inserção) na estrutura produtiva, estrutura essa que, mesmo nas cidades, é diversificada. Hipotetizamos a presença, em grau variável, de três formas típicas de organização da produção nas cidades brasileiras: a produção capitalista que domina e dá sentido às demais, a produção simples de mercadorias que sobrevive como forma subordinada, e a produção doméstica de valores de uso que também aparece como sobrevivência e se subordina às duas outras. Nossa hipótese é, portanto, de que as cidades, dependendo de seu tamanho e de seu posicionamento no sistema urbano se diferenciam quanto à importância relativa dessas diferentes formas de organização produtiva. (Para uma discussão teórica mais detalhada desse ponto consulte-se os anexos já citados, bem como os trabalhos de Elizabeth Jelin, a respeito).

A segunda dimensão que enfatizamos se relaciona à dinâmica populacional, especialmente no que se refere aos fenômenos de crescimento urbano e migrações. Aqui também procuramos reter na classificação das cidades brasileiras o outro aspecto (relativo à oferta

de mão-de-obra) do problema da marginalidade. Esperamos poder diferenciar as cidades quanto à sua dinâmica demográfica.

Antecipamos ainda, com base nestas duas dimensões básicas e apoiando-nos em resultados das pesquisas já realizadas por Faissol, distinguir as cidades que pertencem ao núcleo urbano industrial (heartlands, na expressão de Faissol), aquelas que pertencem à periferia do sistema urbano e aquelas que servem de nódulos de ligação entre o núcleo e a periferia do sistema urbano brasileiro. Esperamos ainda diferenciar as cidades em grupos que se caracterizam, respectivamente, por terem crescido por migrações contínuas e de longa distância, por terem crescido por migrações contínuas de curta distância, por migrações recentes (de curta e longa distância) e as que tiveram crescimento apenas vegetativo.

Como estas duas dimensões não são independentes, é possível que não encontremos empiricamente os doze tipos logicamente possíveis (por exemplo, é pouco provável que encontremos cidades da periferia do sistema urbano que tenham crescido através de migrações contínuas vindas de longas distâncias).

## METODOLOGIA

Como o número de unidades de análise é relativamente grande (cerca de 240 cidades), como as unidades de análise são complexas e como o volume de recursos necessários para estudar todas e cada uma delas em detalhe (especialmente no que se refere às formas de organização da produção) seria exorbitante, nos propomos explorar o problema de forma global e aproximada valendo-nos das estatísticas disponíveis no censo demográfico brasileiro de 1970, fundamentalmente, e outras fontes de dados secundários (como o Cadastro Industrial de 1965, por exemplo).

Obviamente os dados censitários não oferecem variáveis que sejam indicadores diretos e imediatos dos processos e estruturas sócio-econômicas que queremos analisar. Tomaremos como ponto de partida variáveis que indiquem, de forma indireta e mediata, os fenômenos subjacentes. Nesse sentido nos propomos à seguinte metodologia:

1. Tomar como pertencentes ao sistema urbano brasileiro todos os municípios que em 1970 possuíam mais de 30.000 pessoas vivendo no(s) núcleo(s) urbano(s) do município.
2. Definir, para cada município, um conjunto de variáveis que faça referência às dimensões anteriormente salientadas (do

tipo porcentagem de pessoas empregadas na indústria pesada, porcentagem de pessoas trabalhando por conta própria no setor industrial, porcentagem de mulheres de 15 anos ou mais fora da força de trabalho, porcentagem de migrantes intra-estaduais em relação ao total de migrantes, porcentagem de migrantes recentes em relação ao número total de migrantes, valor per capita do imposto sobre circulação de mercadorias, etc.).

3. Calcular as correlações entre este conjunto de variáveis (depois de operar as transformações que pareçam teoricamente adequadas, como por exemplo transformações logarítmicas) dando origem a uma matriz de intercorrelações.
4. Realizar uma análise fatorial dessa matriz de intercorrelações para testar a hipótese relativa às dimensões básicas de diferenciação as quais deveriam aparecer como fatores. (O procedimento fatorial será do tipo "componentes principais", com rotações ortogonais do tipo "varimax" e rotações oblíquas do tipo "oblimax").
5. Uma vez identificados os fatores e confirmadas nossas hipóteses calcularemos os "scores fatoriais" de cada município e em seguida prosseguiremos classificando-os nos tipos hipoteticamente antecipados. (O método de classificação a ser utilizado dependerá dos programas disponíveis em nossas unidades de programação e computação. Se possível usaremos a técnica conhecida como "optimal origin point", ou, alternativamente, procedimentos de análise de "cluster", tradicionais).

Essa tipologia, além de servir de base para a análise ulterior da marginalidade urbana em relação ao sistema urbano, permitirá localizar duas ou três cidades (provavelmente Salvador, Belo Horizonte e São Paulo) no sistema urbano balizando a análise em maior profundidade dos dados gerados por "surveys".

## **SISTEMA URBANO E MARGINALIDADE: HIPÓTESES E METODOLOGIA**

Definindo como abordagem adequada para o estudo da temática existente sobre marginalidade o estudo das formas de inserção da população nas estruturas produtivas, o termo marginalidade passa a englobar uma pluralidade de formas de organização da produção, o fato de certas camadas da população não conseguirem se inserir numa das formas (nas formas capitalistas, por exemplo) não significa que estes sejam marginais "strictu sensu" (ou non-sense) pois estas camadas

podem estar inseridas noutras formas de organização da produção. Em segundo lugar, supondo que cada forma de organização da produção tenha uma dinâmica própria (mesmo quando subordinada) é preciso definir para cada forma o caráter da “população excedente” específico dela (que é preciso demonstrar, obviamente), produzindo os conceitos adequados. Finalmente, a questão da funcionalidade (necessidade) das populações marginais se desloca para a questão das relações e articulações entre as diferentes formas.

A segunda parte desse projeto será dedicada ao estudo teórico e empírico, ainda que em caráter exploratório, do problema da marginalidade recolocado nos termos acima, em conexão com a existência de um sistema urbano complexo e diferenciado como o brasileiro e procurando determinar, a partir do exame de situações concretas, como as articulações entre as distintas formas de organizar a produção vão criando e redefinindo categorias de “população excedente”. Preocupar-nos-emos ainda com as estratégias seguidas por estes contingentes de população excedente para organizar e garantir sua subsistência.

Dada a complexidade do problema queremos insistir no caráter preliminar e exploratório dessa etapa da pesquisa. Contudo, é possível adiantar algumas hipóteses de trabalho. Antes de mais nada procuraremos explorar o problema da “população excedente” no contexto da produção simples de mercadorias. Acreditamos que esse problema está estreitamente vinculado ao problema do crescimento populacional e às possibilidades de impedir a concentração dos meios de produção. Na agricultura, a produção simples de mercadoria gera excedente de população quando o crescimento populacional ultrapassa a disponibilidade geográfica e institucional de terras apropriáveis pelos produtores diretos. Não são claros os mecanismos que levam a esse desequilíbrio exceto quando o avanço de outras formas de organizar a produção limita a disponibilidade de terras. Nesse caso parece emergir um excedente de população que emigra. Na produção simples de mercadorias nas cidades o problema se torna muito mais complexo sobretudo porque ele não se dá isoladamente. De qualquer maneira, pode-se explorar o modo pelo qual a produção simples de mercadorias se articula com o modo de produção capitalista dominante. Na medida em que o avanço da acumulação capitalista é insuficiente para destruir estas formas elas podem reproduzir-se indefinidamente, mesmo nas cidades, oferecendo uma alternativa para a absorção de mão-de-obra. Nesse sentido a população inserida nestas formas de organização da produção poderiam ser entendidas como o batalhão “latente” do exército industrial de reserva e não se poderia

ou pelo menos não se necessitaria falar de marginalidade. É preciso porém demonstrar qual a funcionalidade desta categoria e desta forma de organizar a produção para a dinâmica da acumulação de capital. Quanto à economia doméstica para o auto-consumo acreditamos que esta tem sido subestimada. É evidente que sua importância reside sobretudo, no fato dela representar uma alternativa de organização da sobrevivência (ainda que em parte) e, por essa via, permitir o barateamento do custo da reposição da força de trabalho. Representaria nesse sentido uma forma particular de "pauperismo".

Finalmente cabe analisar (e dimensionar) o desemprego em sentido restrito, forma transparente do excedente populacional no MPC. Embora esquemáticas e provisórias (os conceitos são o resultado do conhecimento e não sua condição) estas idéias vinculadas às características do sistema urbano permitem compreender melhor a distribuição espacial do excedente de população e as formas diferenciais que este encontra para organizar sua subsistência. Além disso, o desenvolvimento dessas idéias permitirá esclarecer melhor um dos pólos do problema da marginalidade urbana: o crescimento populacional. Na medida em que a população excedente encontra formas de produzir riqueza (na forma de valores de uso ou de valores de troca no âmbito da produção simples de mercadorias) pode-se desfazer o enigma da irracionalidade do "comportamento reprodutivo" e portanto do crescimento populacional na medida em que um e outro possam ser vinculados ao funcionamento de estruturas de produção. Na mesma medida os fenômenos migratórios (campo-cidade e cidades periféricas-cidades centrais) poderão ser melhor entendidos porque mais concretamente ligados às transformações das estruturas de produção.

Nessa parte da pesquisa somente o trabalho de análise teórica rigoroso, constantemente informado pela evidência empírica disponível, constitui o andamento metodológico adequado.

## NOTAS

- (1) Nem sempre as teorias da marginalidade urbana que a vinculam ao caráter dependente do desenvolvimento latino-americano são explícitas a respeito das conseqüências psico-culturais e políticas da marginalidade. As hipóteses aqui apresentadas a esse respeito são no entanto comuns na literatura que trata do tema.